

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.501 - SP (2019/0200123-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PRISCILA ROSARIO DE SOUZA
ADVOGADO : PRISCILA ROSARIO DE SOUZA - SP331563
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONALDO ALEXANDRE MANETTA PAIFFER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* (fls. 3/12) com pedido liminar impetrado em benefício de RONALDO ALEXANDRE MANETTA PAIFFER contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 2133879-11.2019.8.26.0000 - fls. 28/33).

Depreende-se dos autos que o Tribunal do Júri (Ação Penal n. 0046407-29.2008.8.26.0602) condenou o ora paciente, à pena de 10 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do delito previsto no art. 121, § 2.º, inciso IV, do Código Penal (fls. 49/51).

Irresignada, a defesa interpôs apelação criminal na Corte de origem, que negou provimento ao recurso, conforme a ementa seguinte:

"PENAL. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RAZÕES RECURSAIS FORA DO PRAZO QUE NÃO AFETAM O CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO. DECISÃO, ACOLHENDO QUALIFICADORA, DENTRO DA PROVA EXISTENTE, PREVALECENDO O ENTENDIMENTO SOBERANO DO CONSELHO DE SENTENÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PENA ADEQUADAMENTE DOSADA, INCLUSIVE NA APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PELO PRIVILÉGIO E NO REGIME FECHADO IMPOSTO PARA SEU CUMPRIMENTO.

1) Intempestividade - Razões recursais interpostas manifestamente fora do prazo legal encartado no artigo 600, caput, do Código de Processo Penal - Mera irregularidade, sem prejuízo ao processamento do recurso, interposto no prazo legal.

2) Soberania dos veredictos - Entendimento dos jurados ex informata conscientia - Inviabilidade em se proceder a reexame

Superior Tribunal de Justiça

completo do mérito quanto às decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, em decorrência do princípio constitucional da soberania dos veredictos - Inteligência do artigo 5.º, XXXVIII, 'c', da Lei Maior. Autoria e materialidade delitiva incontroversas - Provas que nitidamente apontam a presença da qualificadora objetiva de recurso que dificultou a defesa do ofendido - Tese plausível - Somente a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos poderia ser rescindida, de modo que uma interpretação razoável dos fatos, conquanto desfavorável à defesa, não autoriza o afastamento da linha interpretativa assumida pelo Conselho de Sentença, inclusive quanto à qualificadora, descabendo sustentar, a incidência do art. 593, III, 'd', do CPP.

3) Dosimetria da pena - Fração do redutor do privilégio - Tirocínio judicial a ser prestigiado - Regime fechado - Quantum, crime hediondo e finalidades da pena, justificam a imposição do regime mais gravoso." (fl. 53).

Com o trânsito em julgado da condenação, foi ajuizada ação de revisão criminal, na instância *a quo*, que indeferiu o pedido, conforme a ementa seguinte:

"HOMICÍDIO QUALIFICADO PRIVILEGIADO. Pretendido reconhecimento da contrariedade da decisão proferida pelos Jurados com as provas dos autos. Impossibilidade de utilização de revisão criminal para o reexame geral do conjunto probatório. Existência de respaldo probatório suficiente para justificar a decisão soberana do Tribunal do Júri Popular que rejeitou a tese da legítima defesa, assim como aplicou a qualificadora referente à defesa da vítima. Pedido indeferido." (fl. 64).

Já em sede de execução definitiva da pena, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte estadual, sustentando a ausência de fundamentação idônea quanto à aplicação da fração mínima em face da redutora do homicídio privilegiado. A ordem resultou denegada, em acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. Homicídio qualificado privilegiado. Paciente condenado em primeiro grau a cumprir pena de dez anos de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no artigo 121, § 2º, inciso IV, combinado com seu § 1º, do Código Penal, sendo-lhe permitida a interposição de apelo em liberdade. Impetração buscando a redução da pena diante do privilégio reconhecido, reputando a falta de fundamentação na

Superior Tribunal de Justiça

aplicação de fração mínima em face da benesse, com o abrandamento do regime carcerário imposto na sentença. Ação constitucional que não admite exame aprofundado das condições permissivas da benesse por envolver matéria fático-probatória, anotado o descabimento da via eleita também como sucedâneo da medida recursal adequada, no caso, apelação. Precedentes. Constrangimento ilegal não verificado de plano. Habeas Corpus denegado liminarmente, dispensadas informações da autoridade apontada como coatora." (fl. 69).

No presente *mandamus*, a impetrante aponta a ausência de fundamentação idônea a justificar o patamar de redução mínimo da pena relativo à causa de diminuição do homicídio privilegiado.

Alega que, no caso, a determinação do regime inicial fechado para o início do cumprimento da pena se deu sem a devida fundamentação, em desrespeito às Súmulas 440/STJ, 718/STF e 719/STF.

Aduz, assim, que atendendo às circunstâncias judiciais (todas favoráveis) e à quantidade de pena aplicada, deveria ter sido fixado o redutor do homicídio privilegiado no máximo, de 1/3, de modo que a pena definitiva resultasse em 8 anos, possibilitando a imposição do regime prisional inicial semiaberto.

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, seja a ordem concedida, para reduzir a pena do paciente e abrandar o seu regime inicial de cumprimento.

A liminar foi indeferida, à fl. 40.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 85/90).

É o relatório.

Decido.

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada

Superior Tribunal de Justiça

impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Na presente impetração, a defesa se volta unicamente contra a suposta ausência de fundamentação na escolha da fração de redução da pena pela causa de diminuição do homicídio privilegiado. Sustenta que, com a incidência da redutora no *quantum* máximo legal, seria possível a readequação do regime prisional inicial para a modalidade intermediária.

A matéria ficou posta, na origem, nos seguintes termos:

"À vista disso, passo à dosagem da pena.

O réu é tecnicamente primário e não ostenta antecedentes criminais, conforme F.A. de fls. 285/289. Assim, atendendo às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, fixo a pena no patamar mínimo legal, em 12 (doze) anos de reclusão.

Tendo em vista o reconhecimento do privilégio previsto no parágrafo 1.º do artigo 121 do Código Penal e considerando as circunstâncias do crime, seus motivos e consequências, reduzo a pena em 1/6 (um sexto), resultando em 10 (dez) anos de reclusão.

Considerando a quantidade da pena e a gravidade do delito praticado, fixo o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 33, parágrafo 2.º, alínea 'a', c.c. o artigo 33, parágrafo 3.º, c.c. o artigo 59, todos do Código Penal." (fls. 49/50).

"No que toca à dosimetria da pena, esta se verifica adequada e infensa a reparos.

Na 1ª fase da dosimetria no modelo trifásico, a pena-base foi estabelecida no patamar legal mínimo, eis que reconhecidas a primariedade e a ausência de maus antecedentes (v. F.A., fls. 285/289), ou seja, foi fixada a pena-base de 12 anos de reclusão.

Inexistindo agravantes ou atenuantes a serem apontadas na 2ª fase, o reconhecimento do privilégio levou à minoração da pena à fração de 1/6 (um sexto), resultando em uma pena definitiva de 10 anos de reclusão pelas circunstâncias e consequências do delito.

Superior Tribunal de Justiça

A aplicação do redutor na fração legal mínima, por sua vez, encontra-se plenamente justificada pelas circunstâncias concretas do caso, eis que a motivação do crime proveio de enlace banal entre a vítima e seu algoz, incapazes de resolver questões domésticas relacionadas ao direcionamento de multas de trânsito com o mínimo de civilidade.

Ao contrário, a violenta emoção reconhecida pelos jurados, que arrebatou o acusado, é fruto justamente de incitações mútuas à violência, o que autoriza, diante do vislumbre de cognição mais estreita que se pode ter, in casu, das provas, uma redução no mínimo legal, em prestígio ao alvedrio judicial no sopesar das circunstâncias concretas.

[...]

Assim, fixou-se para o apelante Ronaldo, em definitivo, a pena de 10 anos de reclusão, a serem purgados em regime inicial fechado, também adequadamente justificado na r. sentença técnica, com base no quantum punitivo (artigo 33, § 2º, 'a' do Código Penal) e na gravidade do delito sub judice, o qual ostenta - não se pode olvidar - a natureza do crime hediondo.

Ademais, regime diverso do mais rigoroso ressoaria, sem dúvida, incompatível com o escarmento imposto, porquanto a finalidade da pena triparte-se em um escopo punitivo, em um dissuasório e, finalmente, em uma finalidade ressocializadora, dificilmente atingíveis sem rigores da disciplina carcerária mais detida que se provê com o regime previsto no artigo 33, § 2º, 'a', do Código Penal." (fls. 61/62).

"No caso, alega a impetrante que o paciente foi condenado a cumprir pena de dez (10) anos de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no artigo 121, § 2º, inciso IV, combinado com o seu § 1º, do Código Penal, possibilitada a interposição de apelo em liberdade, buscando, agora, a redução do castigo, bem como a imposição de tratamento carcerário menos severo.

Todavia, como decorre óbvio, o Habeas Corpus é via inadequada para modificação do decreto condenatório, não podendo a estreita via eleita substituir recurso próprio previsto na legislação processual penal, no caso, apelação.

Na realidade, a discussão atinente à aplicação de fração máxima de redução pelo privilégio legal e a análise do tratamento carcerário adequado estão condicionadas à perquirição das circunstâncias judiciais e à gravidade do caso concreto, algo impossível de ocorrer via writ, justamente por

Superior Tribunal de Justiça

demandar profunda revisão do quadro fático-probatório.

Não bastasse, na hipótese, a autoridade impetrada justificou a imposição de fração mínima atinente ao privilégio diante das circunstâncias do crime, seus motivos e consequências, de modo a também estipular o tratamento carcerário mais gravoso, a despeito da primariedade do paciente, ressaltando o montante da sanção e a gravidade concreta do delito (fls. 09/10), nada autorizando a antecipação do debate através da ação constitucional, em evidente prejuízo à dialética própria do contraditório.

[...]

De outra banda, ao menos neste exame perfunctório insito ao habeas corpus, observa-se que a imposição de regime prisional mais severo conferido em primeiro grau, tratando-se de condenação atinente a crime de homicídio qualificado, ainda que privilegiado (situação, embora integrante do tipo, deve ser avaliada com lastro em detalhes de cada caso, sem delinear flagrante ilegalidade, além do que, como antes reportado, a matéria de fato atrelada à causa e considerada na sentença exige reanálise ou aprofundada apreciação de provas, algo colidente com os estreitos limites do writ, pouco importando a primariedade do agente).

Não bastasse, observa-se ter sido possibilitado ao paciente a interposição de recurso em liberdade, daí porque não se observa constrangimento ilegal de plano atrelado ao processo de conhecimento capaz de justificar o 'writ', ainda que em caráter excepcional, negando-se liminarmente o Habeas Corpus, consoante artigo 663 do Código de Processo Penal." (fls. 70/73).

A revisão da dosimetria da pena somente é possível em situações excepcionais de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, cujo reconhecimento ocorra de plano, sem maiores incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios (HC n. 304.083/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 12/3/2015).

A jurisprudência desta Corte Superior firmou o entendimento de que, reconhecida a causa de diminuição da pena do art. 121, § 1.º, do Código Penal, *"o percentual de redução da pena deve ser aferido com base nos elementos caracterizadores do homicídio privilegiado, ou seja, a relevância social ou*

Superior Tribunal de Justiça

moral da motivação do crime, ou o grau emotivo do réu, além da intensidade da injusta provocação realizada pela vítima" (AgRg no AREsp 1.041.612/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 6/3/2018, DJe 16/3/2018).

Na hipótese, a instância *a quo* registrou circunstâncias concretas do delito que legitimam a redução da pena no menor patamar. Primeiramente, consignou que a motivação do crime foi banal, relativa a discussão doméstica sobre multas de trânsito. Na sequência, anotou que a violenta emoção reconhecida pelos jurados, que arrebatou o acusado, estava inserida em um contexto de provocações recíprocas, entre o agente e a vítima, de modo que a escalada do desentendimento era previsível e por ela o paciente é em grande parte responsável.

Assim, havendo remissão às peculiaridades do delito, na opção pela fração mínima de redução da pena pelo homicídio privilegiado, não há ilegalidade a coartar. De todo modo, como a escolha do *quantum* da redutora está fundado em um juízo de fato relativo aos elementos caracterizadores do homicídio privilegiado, a reforma do montante fixado na origem demandaria amplo reexame fático-probatório, inviável no *writ*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. DOSIMETRIA. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO-QUALIFICADO. DIMINUIÇÃO. FIXAÇÃO. FRAÇÃO MÍNIMA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REVISÃO. INVIABILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Está idoneamente fundamentada a adoção do patamar mínimo de redução de 1/6 (um sexto) pelo homicídio privilegiado. As instâncias ordinárias consignaram que a vítima teve pequena discussão com o Agravante, após este discutir com um vizinho que havia reclamado das 'algazarras' por ele realizadas, e que a provocação não lhe retirou substancialmente a capacidade de autodeterminação ou reflexão.

Superior Tribunal de Justiça

2. Para rever o suporte fático que deu amparo à conclusão, seria necessário o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.486.678/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 17/9/2019, DJe 1/10/2019)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO PRIVILEGIADO. FRAÇÃO MÍNIMA DECORRENTE DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO § 1º DO ART. 121 DO CP. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. FRAÇÃO DA TENTATIVA. ANÁLISE DO ITER CRIMINIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. A fração mínima de redução decorrente do homicídio privilegiado revela-se proporcional e concretamente motivada no acórdão recorrido, segundo o qual a reação do agravante, ainda que fundada em motivo de relevante valor moral, foi excessiva em face da intensidade da provocação injusta da vítima, haja vista que efetuou mais de um golpe de faca, além de surpreendê-la pelas costas e em região de alta letalidade. Consta que o ofendido é ex-companheiro da mulher com quem o réu convive maritalmente e constantemente importunava o casal.

[...]

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.193.167/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 20/2/2018, DJe 2/3/2018)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA. FRAÇÃO MÍNIMA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONCRETA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Reconhecida a hipótese de homicídio privilegiado (art. 121, § 1º, do Código Penal), as instâncias ordinárias aplicaram a causa de diminuição de pena à ordem de 1/6 (um sexto) em razão da natureza injusta da agressão à vítima. Conforme aludiu o Tribunal a quo, a conduta criminosa se deu por meio do desferimento de múltiplos golpes de facão em regiões vitais

Superior Tribunal de Justiça

da vítima, destacando, ainda, que o acusado, mesmo após cessada a provocação da ofendida, quando esta estaria já em atitude de defesa, teria ele insistido nas agressões, inclusive passando, na sequência, com seu automóvel sobre o corpo daquela.

Desse modo, afigura-se idônea a fundamentação da redução de pena no patamar mínimo legal, notadamente a partir da notícia de que parte das violentas agressões ocorreu quando já cessadas as provocações da vítima. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. (HC 367.847/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016)

HABEAS CORPUS. ART. 121, § 1.º, DO CÓDIGO PENAL. (1) VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO ESPECIAL. (2) DOSIMETRIA. REDUÇÃO DE 1/6 PELO RECONHECIMENTO DO HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. (3) WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Inexiste ilegalidade na dosimetria da pena se as instâncias de origem apontam motivos concretos para redução da reprimenda no patamar de 1/6 (um sexto), diante do reconhecimento do homicídio privilegiado. Em sede de habeas corpus não se afere o quantum aplicado, desde que devidamente fundamentado, como ocorre na espécie, sob pena de revolvimento fático-probatório.

3. Writ não conhecido. (HC 231.053/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 11/3/2014, DJe 24/3/2014)

[...]

HOMICÍDIO. PRIVILÉGIO. REDUÇÃO NO MÍNIMO LEGALMENTE PREVISTO. DECISÃO MOTIVADA. COAÇÃO INEXISTENTE.

1. Encontrando-se o quantum de redução pelo privilégio devidamente fundamentado em circunstâncias concretas, bem demonstradas na sentença e no aresto impugnados, não se pode, sem a necessidade de incursão aprofundada nas provas coletadas, o que é vedado na seara do remédio constitucional,

Superior Tribunal de Justiça

reconhecer que a fração utilizada não foi a devida.

[...]

2. Ordem denegada, julgando-se prejudicado o writ no referente à readequação do regime prisional. (HC 217.396/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 28/8/2012, DJe 4/9/2012)

Mantida inalterada a reprimenda imposta na origem, não há que falar em abrandamento do regime prisional inicial, pois o *quantum* definitivo da pena exige a modalidade fechada, nos termos do art. 33, § 2.º, alínea 'a', do Código Penal.

Em consequência, as pretensões formuladas pela impetrante encontram óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator